


Hélio Hiroshi Hamada &
Renato Pires Moreira



MÉTODOS & TÉCNICAS

de pesquisa em Segurança Pública

guia prático para elaboração
de trabalhos acadêmicos



MÉTODOS & TÉCNICAS

de pesquisa em Segurança Pública

Hélio Hiroshi Hamada &
Renato Pires Moreira

MÉTODOS & TÉCNICAS

de pesquisa em Segurança Pública

guia prático para elaboração
de trabalhos acadêmicos





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Hélio Hiroshi Hamada.
Copyright © 2021, Renato Pires Moreira.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
Imagem por Eduardo Casajus Gorostiaga via Unsplash

Diagramação Nathalia Torres

Revisão Lilian Tae Hamada

Catálogo na Publicação (CIP)

Hamada, Hélio Hiroshi
H198 Métodos e técnicas de pesquisa em segurança pública : guia prático para elaboração
de trabalhos acadêmicos / Hélio Hiroshi Hamada, Renato Pires Moreira. - 1. ed. - Belo
Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
194 p.

ISBN 978-65-5589-349-6

1. Direito. 2. Segurança pública - Brasil. 3. Metodologia científica. I. Moreira, Renato
Pires. II. Título.

CDD: 341.5514

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

Dedicamos esta obra a todos os profissionais de segurança pública do Brasil que, incessantemente, buscam proteger a sociedade com o sacrifício da própria vida.

Agradecimentos

Ao nosso Deus, pela oportunidade do fôlego da vida e dar forças para a caminhada em busca do conhecimento.

Aos nossos familiares que, diuturnamente, nos acompanham em nossa jornada em busca de novos conhecimentos e objetivos capazes de transformar o mundo.

Aos amigos que nos apoiam e inspiram com palavras de incentivo e agregando valores em nossos trabalhos.

Ao professor Luís Flávio Saporì, acadêmico consagrado nos estudos de segurança pública, que se prontificou a elaborar o prefácio do nosso livro e muito nos honra com sua participação.

Ao Juiz de Direito Rodrigo Foureaux, pesquisador na área de segurança pública, que fez a pré-leitura da obra e elaborou o posfácio com muita presteza e nos motivando com sua colaboração.

Aos profissionais de segurança pública no Brasil que dedicam suas vidas em prol da paz social.

Sumário

<i>Prefácio</i>	15
<i>Apresentação da obra</i>	21
<i>Introdução</i>	25
1. Primeiros passos	27
1.1. Escolha o tema.....	27
1.1.1. Domínio do assunto.....	28
1.1.2. Linhas de pesquisa e áreas de interesse da segurança pública.....	32
1.2. Exequibilidade do trabalho.....	41
1.3. Etapas de uma pesquisa científica.....	45
2. Construindo o projeto de pesquisa	49
2.1. O seu problema é um problema?.....	50
2.2. Elaborando as hipóteses.....	53
2.3. Definição dos objetivos.....	54
2.4. Revisão de literatura e referencial teórico.....	55
2.5. Escolha do método.....	61
2.6. Classificações das pesquisas.....	62
2.7. Quantitativo ou qualitativo?.....	68
2.8. Cronograma.....	71

2.9. Recursos financeiros: orçamento e fontes de financiamento.....	74
2.10. Plano provisório de redação.....	77
2.11. Parâmetros de orientação da pesquisa de campo.....	78
3. Aspectos preliminares do desenvolvimento da pesquisa científica.....	81
3.1. O pensamento lógico.....	81
3.2. Produção de rascunhos e mapas mentais.....	82
3.3. O papel do orientador.....	84
3.4. O plágio no meio acadêmico.....	90
4. Planejamento e coleta de material de análise.....	95
4.1. Reunião de material.....	98
4.2. Aspectos básicos da leitura.....	98
4.3. Fichamento.....	102
4.4. Busca de dados na Internet.....	113
4.4.1. Google Acadêmico.....	113
4.4.2. Google Livros.....	115
4.4.3. Plataforma SciELO.....	115
4.4.4. Portal Capes - banco de teses e dissertações.....	116
4.4.5. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD/IBICT.....	116
4.4.6. Bibliotecas Digitais de Instituições de Ensino Superior.....	117
4.4.7. Biblioteca do Conhecimento Online (b-on).....	118
4.5. Eventos: seminários, encontros e congressos.....	119
4.6. Notas de aulas.....	120
5. Elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.....	123
5.1. Hora de começar a escrever.....	123
5.2. Descrição do objeto de estudo.....	125
5.3. Primeiras análises: teoria de base e referências bibliográficas.....	127
5.4. Descrição metodológica e pesquisa de campo.....	138

5.5. Hora de organizar os dados: categorização.....	145
5.6. Análise e interpretação de dados: diálogo com a literatura.....	148
5.7. Conclusões da pesquisa.....	149
5.8. A revisão final.....	152
5.8.1. LanguageTool.....	153
5.8.2. Corretorortografico.com.....	153
6. Preparativos para a banca de avaliação.....	155
6.1. Hora de enfrentar a banca.....	155
6.2. Preparos iniciais: conheça o avaliador, treine.....	155
6.3. Monte sua apresentação.....	156
7. Partindo para a publicação de sua pesquisa.....	159
7.1. A escolha do periódico para publicação.....	160
7.2. O processo de submissão do artigo.....	161
7.3. Hora de atualizar o Currículo Lattes.....	162
Considerações finais.....	165
Referências.....	167
Posfácio.....	171
Anexo A: processo de submissão de artigos em periódicos.....	175
Anexo B: checklist para produção de textos científicos.....	177
Anexo C: temáticas relacionadas à segurança pública.....	179
Os autores.....	191

Prefácio

A segurança pública regrediu a passos largos na história recente do Brasil. Atingimos em 2017 o maior patamar de mortes violentas intencionais (MVI) desde a década de 1980. É fato que, a partir de 2018 e prolongando-se até meados de 2019, há indícios de redução da taxa nacional de MVI, o que não se repetiu em 2020. Entretanto, é prematuro afirmar a reversão ou retomada da tendência ascendente da criminalidade violenta na sociedade brasileira.

Os fatores sociais que estão relacionados à dinâmica ascendente da criminalidade violenta nesse período são variados. Deve-se considerar, a princípio, que a violência é traço constitutivo da história do país, precedendo e ultrapassando os regimes políticos autoritários. É uma marca das relações de poder impingidas pelo Estado contra o segmento mais empobrecido da população. Além disso, a violência opera como uma moralidade que legitima o uso da força física enquanto recurso de resolução de conflitos cotidianos. Para além desse traço histórico e geral, nota-se que há uma nítida associação das mortes violentas, em especial os homicídios, com processos de urbanização desordenada, segregação espacial e exclusão social. Além disso, não se deve ignorar o fato de que parte relevante dos homicídios está relacionada a conflitos engendrados no mercado das drogas ilícitas. Jovens residentes em territórios de maior vulnerabilidade social, agrupados em gangues ou em facções criminosas, tornaram-se protagonistas da violência resultante desse mercado ilegal.

Para além desses fatores, o arranjo institucional da segurança pública estabelecido pela Constituição Federal não contribuiu para a construção de uma sociedade mais pacífica. Há nítida fragilidade das instituições responsáveis pela provisão de segurança. A garantia do

monopólio do uso legítimo da força pelo Estado não se consolidou nas últimas décadas. Ao contrário, a violência se espalhou pelas relações sociais cotidianas como em nenhum outro momento da nossa história. Vivenciamos verdadeiro processo descivilizador que afeta profundamente a qualidade da nossa democracia e os valores que a sustentam. A democracia instaurada pela nova carta constitucional amparou-se em velhas estruturas do sistema policial e judicial, muitas delas anteriores à própria ditadura militar. A Constituição de 1988 reafirmou assim um sistema de segurança pública que, à época da sua promulgação, já se mostrava frouxamente articulado, ineficiente no controle do crime e recalcitrante no respeito aos direitos civis da cidadania.

Essa análise nos remete à impunidade como fator social que tem contribuído diretamente para o crescimento da criminalidade violenta na sociedade brasileira. A preservação da vida e do patrimônio dos cidadãos é responsabilidade das instituições estatais especificamente criadas para esse fim, quais sejam, a polícia, a justiça e a prisão. Compõem o que se denomina de sistema de segurança pública, com divisão complementar de atribuições. A polícia previne e investiga os crimes, a justiça processa e julga os acusados e a prisão aplica a pena dos criminosos condenados. Além da Constituição Federal, outros ordenamentos jurídicos delimitam o funcionamento do sistema de segurança pública, quais sejam, o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal. A impunidade no Brasil diz respeito ao mau funcionamento de todo esse arcabouço institucional. Diz respeito ao baixo grau de certeza da punição. Isso é explicitado na reduzida capacidade preventiva, na baixa capacidade de esclarecimento de crimes, na morosidade da justiça e na precariedade do sistema prisional.

A indigência das políticas de segurança pública é também sintomática nesse sentido. Elas têm sido pautadas pela improvisação e pela mera reação a eventos ‘graves’ que são repercutidos pelos meios de comunicação de massa. Esse processo não transcorre de forma linear no tempo e nem mesmo se manifesta de modo homogêneo no território nacional. Há conjunturas caracterizadas por avanços na formulação e implementação de políticas de segurança pública, sendo sucedidas por conjunturas de nítido retrocesso. Em algumas unidades da federação identificam-se esforços de governadores na priorização política do tema, ao passo que em outras a omissão do executivo estadual é peremptória e inabalável. Além disso, a participação da União e dos

municípios na formulação e implementação de políticas de segurança pública tem se caracterizado pela incipiência e irregularidade. Não se identifica avanços qualitativos consistentes na formulação e na gestão de políticas públicas de controle da criminalidade em qualquer âmbito da federação nas últimas três décadas e mesmo no governo federal. Em suma, os elevados níveis de vitimização de crimes violentos, a ineficiência do Estado, a morosidade da justiça criminal e a ampla degradação do sistema prisional são problemas crônicos que parecem insolúveis.

De modo distinto a outros setores sociais, como a saúde e a educação, o avanço institucional da segurança pública como área do conhecimento não se refletiu no aprimoramento da política pública correlata. Nas últimas três décadas houve a formação de uma comunidade epistêmica composta por operadores da segurança pública, militantes dos direitos humanos e acadêmicos que logrou êxito na compreensão e proposição de soluções aos problemas criminais enfrentados pela sociedade brasileira. Essa temática conquistou espaço na esfera acadêmica, suscitando a produção de respeitável conhecimento científico. A segurança pública está se institucionalizando como área acadêmica na sociedade brasileira, diferenciando-se do Direito Penal e da Criminologia praticada em seus domínios. Essa diferenciação se dá pela sua abordagem empírica e interdisciplinar no estudo da violência e das respostas estatais a esse fenômeno. Graças às contribuições de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, demógrafos, geógrafos, economistas, profissionais da área da saúde e do direito, temos hoje um acervo robusto de estudos que nos ajudam a compreender as instituições, profissionais e políticas de segurança e justiça criminal.

Todavia, até o momento, esta comunidade mostrou-se incapaz de levar adiante políticas públicas e projetos de modernização institucional consistentes. A despeito de algumas iniciativas em contrário, como projetos de segurança esporádicos desenvolvidos a partir da lógica da política pública baseada em evidências, persiste um enorme fosso entre o conhecimento que baliza os tomadores de decisão e o conhecimento gestado pelos “especialistas”. Permanece no setor o antagonismo entre o saber teórico produzido na esfera acadêmica e a experiência prática e o saber jurídico de policiais, promotores e advogados criminalistas, profissões que compõem o perfil preponderante dos tomadores de decisão da área. Esse antagonismo constitui sério entrave ao avanço

qualitativo das políticas de segurança pública na sociedade brasileira. O gerenciamento de crises constitui a racionalidade preponderante entre os tomadores de decisão da segurança pública. Os diagnósticos dos problemas detectados são deficientes e a proposição de soluções ainda é recheada de “achismos”.

Considerando essa análise, o presente livro se reveste de relevância inegável. O leitor tem em mãos muito mais do que um manual de metodologia de pesquisa. Elaborado por policiais militares com ampla experiência nas atividades operacionais de policiamento ostensivo, pauta-se pela valorização do conhecimento científico. A suposta dualidade entre o teórico e o prático perde qualquer sentido. A ciência é reconhecida como capaz de oferecer subsídios consistentes ao aprimoramento do fazer policial cotidiano ao mesmo tempo que o saber adquirido na atividade corriqueira de controle da criminalidade oferece suporte à melhor compreensão do fenômeno social.

Os autores Hélio Hiroshi Hamada e Renato Pires Moreira detalham de maneira didática e consistente o fluxo decisório que compõe a produção de conhecimento científico no campo da segurança pública. O livro percorre com objetividade e clareza todos os passos a serem dados pelo pesquisador, desde a escolha do tema, passando pela definição do problema de pesquisa e respectivas hipóteses, como também pela coleta de dados empíricos, elaboração do relatório final e culminando nos preparativos para a banca de avaliação e posterior publicação da pesquisa.

Ressalto ainda, que o livro contribui para a desmistificação do método científico como se fosse algo hermético. Os autores são muito competentes em esmiuçar a racionalidade elementar que parametriza a produção de uma pesquisa. Não é coisa de outro mundo, inalcançável, restrita a poucos privilegiados. Ao contrário, a pesquisa científica é muito mais acessível do que se imagina. Basta disciplina e compromisso com a razão.

Finalizo minhas considerações conclamando o leitor a aceitar o desafio que, em alguma medida, está inserida no livro. Não se sinta intimidado pelas normas do saber acadêmico. Ao contrário, deixe-se seduzir pela ciência. Experimente o prazer de produzir conhecimento, experimente o deleite de fazer pesquisa, especialmente no campo da segurança pública. E será pela ampla disseminação desse método que seremos capazes com o tempo de formular e implementar políticas de controle da criminalidade mais eficientes e eficazes. Que o saber

científico “contamine” os profissionais da segurança pública, de modo que eles percebam que não há incompatibilidade entre o saber teórico e o saber prático!

Luís Flávio Saporì

Doutor em sociologia. Professor do programa de pós-graduação em ciências sociais da PUC Minas.

Autor de artigos e livros diversos sobre segurança pública.

Apresentação da obra

A vida começa a cada manhã.
Joel Olsteen

Frequentemente alunos de graduação e pós-graduação encontram dificuldades quando chega o momento de elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC), que pode ser em formato de artigo, monografia, dissertação ou tese, de acordo com a exigência da instituição de ensino superior.

A falta de prática em realizar pesquisas científicas faz com que os alunos fiquem sem rumo ao realizar atividades que parecem intransponíveis num primeiro momento. Essas barreiras encontradas ao longo da realização da pesquisa, aliado ao prazo que vai se esgotando a cada dia que passa só serve para piorar a situação. Essa realidade é vivenciada por muitos pesquisadores iniciantes.

Da mesma forma, orientadores com pouca experiência (e até mesmo os mais experientes) às vezes sentem dificuldades em exercer seu papel frente a um aluno de graduação ou pós-graduação que se encontra aflito e ávido de orientações que possam finalmente dar rumo ao seu tema. Ninguém se torna orientador por acaso. Há uma escolha, nesse caso, principalmente por parte do aluno, seja pelo desempenho profissional que o orientador tem com o assunto em pauta ou pelo conhecimento acadêmico em várias áreas. Existem também orientadores que se propõem a orientar, como é o caso de ofertas de vagas em cursos *stricto sensu* em universidades que possuem linhas de pesquisa bem definidas e que possui inclusive um sistema de seleção muito con-

corrido. Por outro lado, há dúvidas por parte do aluno no que se refere à participação do orientador, como ele pode ajudá-lo e quando deve procurá-lo. Certamente, conciliar o perfil, interesses e particularidades entre orientador e orientando nem sempre é fácil. Assim, pretende-se contribuir com a discussão desse tema, que naturalmente emergem em ambientes de produção de pesquisa científica.

Após concluída a fase de escrita e entrega do relatório, a temida banca de avaliadores se mostra um obstáculo para a obtenção do título de especialista, mestre ou doutor. Ocorre que, mesmo os avaliadores têm alguma dificuldade em ter parâmetros para a sua atividade de mensurar o que foi bom e o que foi ruim na pesquisa que lhe foi entregue para ser avaliado. Por sua vez, o aluno fica apreensivo em ter que enfrentar uma banca, principalmente se for iniciante. No sentido de tranquilizar ambos os lados e prepará-los para que ocorra uma avaliação equilibrada, algumas observações importantes serão abordadas neste livro para que não haja problemas na apresentação para banca e nem nas avaliações.

A ideia principal deste livro é de apresentar dicas práticas que facilitam a construção de pesquisas científicas mostrando que, ao seguir determinados procedimentos, é possível escrever um trabalho com tranquilidade, do início ao fim. Não se pretende aqui realizar uma aula de metodologia científica, pois esta disciplina já se encontra presente em todos os cursos que exigem a elaboração de um estudo acadêmico.

Apesar de apresentar um conteúdo que serve para orientar pesquisas em várias áreas acadêmicas, o foco foi direcionado para a segurança pública, com exemplos de problemas típicos enfrentados por pesquisadores que escrevem sobre o assunto. Assim, pretende-se dar o suporte necessário para que cada vez mais temas sobre segurança pública sejam tratados com qualidade e, ao mesmo tempo, possam apoiar profissionais da área a construir conhecimentos ao nível acadêmico.

Assim, são apresentados os aspectos essenciais que devem estar presentes num trabalho científico seguido de procedimentos práticos para que o aluno encontre menos dificuldades pelo caminho. O tema e o problema, por exemplo, são itens importantíssimos a serem definidos logo no início da pesquisa. Muitos ficam confusos nessa hora e, não raras as vezes, quando estão no meio do trabalho, descobrem que não era exatamente aquilo que pretendiam pesquisar ou tomam rumos diferentes daquele inicialmente visualizado.

A escolha do método de pesquisa e o planejamento adequado de atividades fazem parte das orientações iniciais que direcionam a pro-

gramação das tarefas. A seguir, parte-se para a reunião do material, que possuem critérios e formas de coleta que auxiliam na próxima fase que é a de análise e escrita do relatório. A análise, por sua vez, com base no método quantitativo ou qualitativo, pode ser feita de várias maneiras e, sendo feita adequadamente, pode enriquecer o trabalho.

A fase descritiva de construção textual é uma das mais importantes, pois é quando se organiza todo o conteúdo analisado em um relatório que vai ser apresentado como trabalho final. Uma boa preparação na fase de projeto de pesquisa leva a um resultado extraordinário em termos de descobertas e argumentações científicas, com uma visão teórica ou prática, de acordo com a proposta de trabalho.

Depois de apresentado o trabalho, há ainda uma outra etapa mais avançada que é a de difusão do seu trabalho, por meio de publicação em periódicos científicos. Essa é uma das formas do conhecimento acadêmico ser compartilhado para os demais estudantes, professores e pesquisadores, que poderão usufruir de suas análises e inferências, servindo de referência para outros estudos. Dessa forma, a ciência vai evoluindo ao longo do tempo e você pode fazer parte desta história com uma produção de qualidade e inovadora em termos científicos.

Enfim, este livro serve como alicerce para todas as fases da elaboração do trabalho científico e pode mostrar que, com dedicação e persistência, todos são capazes de realizar pesquisas com qualidade.

Introdução

No dia 08 de junho de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por intermédio da Câmara de Educação Superior (CES) do Ministério da Educação, homologou o Parecer CNE/CES nº 945/2019, reconhecendo as Ciências Policiais como uma área do saber, conforme publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2020. A referida medida constitui-se um marco para os estudos que envolvem o tema de Segurança Pública, que sempre esteve à margem de outras áreas do saber como o Direito, a Sociologia, Administração e até as Ciências Políticas, não que estas deixem de figurar como áreas de pesquisa, mas o reconhecimento das Ciências Policiais passa a ter academicamente um conhecimento científico próprio, proporcionando ganhos no campo teórico da atividade policial.

Por Ciências Policiais, descreve-se como aquelas responsáveis pelos estudos das organizações policiais e, respectivamente, suas funções, aspectos doutrinários, princípios e características, teoria, doutrina policial, aplicação prática entre outros. Ainda vale considerar que as Ciências Policiais possuem como objeto de estudo, entre outros, a prevenção e repressão qualificada, os fundamentos da segurança pública, policiamento comunitário e direitos humanos, análise criminal e investigação criminal, inteligência de estado e inteligência de segurança pública, planejamento estratégico e construção de cenários prospectivos da criminalidade, e políticas públicas de segurança pública. Nesse sentido, trata-se de uma ciência ampla, que possui em sua composição ramos de diversas outras ciências, sem, no entanto, perder as suas peculiaridades.¹

¹ Referente aos breves ensinamentos acerca das Ciências Policiais, recomenda-se a leitura do artigo de Rodrigo Foureaux, intitulado *O reconhecimento pelo Ministério*

Diante do exposto, a presente obra será de suma importância não só para as Ciências Policiais, mas para a área de segurança pública em geral, sobretudo no que tange à produção acadêmica. Para tanto, segue adiante um guia para que sirva de norte para os pesquisadores da área, iniciando-se pela discussão dos primeiros passos, onde nasce o projeto de pesquisa que é justamente a decisão de escolha do tema. Daí por diante, avança-se para o projeto de pesquisa propriamente dito, com o detalhamento do planejamento do que será realizado ao longo de sua trajetória de pesquisador. Depois, serão abordados pontos importantes sobre a coleta e análise de dados, que conduzem à elucidação do problema e abrem as portas para a elaboração do relatório de pesquisa. O relatório de pesquisa, por sua vez tem as suas peculiaridades, devendo ser construído segundo as normas acadêmicas e científicas. Por fim, chega a hora da avaliação, que geralmente é realizada por uma banca formada por professores que irão avaliar o resultado da pesquisa, sua consistência, resultados e argumentação para ser validado como um conhecimento científico.

Pretende-se, dessa forma, propiciar ao pesquisador uma referência para que se possa ter um apoio na atividade de busca do conhecimento científico, dentro de uma perspectiva teórico-prática, diante das inúmeras barreiras e dificuldades ao se propor realizar uma pesquisa na área de segurança pública e nas ciências policiais.

da Educação das Ciências Policiais como área do saber. Disponível em: <https://atividade-depolicial.com.br/2020/06/10/o-reconhecimento-pelo-ministerio-da-educacao-das-ciencias-policiais-como-area-do-saber/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

“

O presente livro se reveste de relevância inegável. O leitor tem em mãos muito mais do que um manual de metodologia de pesquisa. Elaborado por policiais militares com ampla experiência nas atividades operacionais de policiamento ostensivo, pauta-se pela valorização do conhecimento científico. A suposta dualidade entre o teórico e o prático perde qualquer sentido. A ciência é reconhecida como capaz de oferecer subsídios consistentes ao aprimoramento do fazer policial cotidiano ao mesmo tempo que o saber adquirido na atividade corriqueira de controle da criminalidade oferece suporte à melhor compreensão do fenômeno social. ”

Luís Flávio Saporì
Doutor em sociologia

“

A ciência ganha muito com este excelente livro que explica os mínimos detalhes e fornece muitos exemplos, desde o pensamento inicial, ao decidir pesquisar na área de segurança pública até a publicação, atualização do currículo e efetiva colaboração prática para a sociedade, que é o fim a que se destina a ciência. Seu retorno é muito importante para que possamos compreender não apenas sua obra, como também você. ”

Rodrigo Foureaux
Juiz de Direito



ISBN 978-65-5589-349-6



9 786555 893496

